

LUANA DE ANDRADE FARIA CAMPOS

**DESENVOLVENDO O BRINCAR COMO EIXO DE APRENDIZAGEM
DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS**

GOIÂNIA

2021.1

LUANA DE ANDRADE FARIA CAMPOS

**DESENVOLVENDO O BRINCAR COMO EIXO DE APRENDIZAGEM
DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo Oliveira

GOIÂNIA

2021.2

LUANA DE ANDRADE FARIA CAMPOS

**DESENVOLVENDO O BRINCAR COMO EIXO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA
NOS ANOS INICIAIS**

Professor Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()
Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Professor(a) convidado(a):

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()
Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, ___ / ___ / 2021.2

DEDICATORIA

Primeiramente agradeço a Deus.

A minha filha, que é um dos motivos principais por eu nunca ter desistido.

A minha mãe por me apoiar, incentivar, auxiliar e não deixar que eu desisti-se mesmo nos momentos que pensei que não conseguir, pelo amor incondicional e cumplicidade a prosseguir essa jornada.

Ao meu esposo por sempre acreditar em mim e ter-me, apoiado até o final e sempre esteve comigo.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores e aos meus amigos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Ao professor Dr. Antônio Evaldo Oliveira, pela oportunidade e encorajamento a um estudo científico, pelo apoio e incentivo que me foi dedicado, e pelo qual demonstro minha admiração e respeito.

A todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Como disse Carlos Drummond de Andrade:
“brincar com as crianças não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: EVOLUÇÃO E PROCESSO ..	12
CAPÍTULO II - O LÚDICO, O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERENCIAS	38

DESENVOLVENDO O BRINCAR COMO EIXO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS

Luana De Andrade Faria Campos*

Antônio Evaldo Oliveira**

RESUMO: O presente trabalho tem como intuito o estudo da importância do Lúdico na Educação Infantil para aprendizagem dos alunos. Para isso foi realizada uma investigação sobre a importância do tema em questão como cita Bomtempo (2011) a atividade lúdica é a ação expressada por meio de brincadeiras e jogos. O ato de brincar pode ser conduzido independentemente de tempo, espaço, ou de objetos isto proporciona que a criança crie, recrie, invente e use sua imaginação, tornando o espaço escolar atrativo. Assim a partir da problemática levantada foi delimitado o objetivo geral que teve como princípio refletir sobre a importância dos jogos e das brincadeiras, numa perspectiva lúdica, no processo de ensino aprendizagem do aluno da educação infantil. Para, tanto os objetivos específicos foram delimitados em realizar um estudo bibliográfico sobre a importância dos jogos e brincadeiras numa perspectiva lúdica, para a educação infantil; identificar os benefícios das atividades lúdicas na educação infantil e observar qual o papel do professor em relação aos jogos e brincadeiras na educação infantil. Para a realização do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de colher informações de autores que já abordaram o tema e uma pesquisa de campo com o intuito de observar os jogos e brincadeiras na educação infantil bem como a mediação do professor através do lúdico que ensinam sem “cobranças”, o que torna a aprendizagem mais prazerosa.

Palavras-Chave: Lúdico. Jogos e Brincadeiras, Educação Infantil.

* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: luanadafcds@gmail.com.

** Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: antonio.evaldo@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Ao escolher esse tema Desenvolvendo o brincar como eixo de aprendizagem da criança nos anos iniciais primeiramente já pensei, que muitos eu me refiro aos professores, pais, agentes entre outros acreditam não a aprendizado com brincadeira mais sim com uma forma tradicional de estudar. Notei a indiferença pelo fato de que a brincadeira tem que ter seu momento isso já virou uma regra na sociedade atualmente

Pensando nisso acredito que a brincadeira com todos os autores têm sua teoria, defende sim a brincadeira como método efetivo de aprendizagem, tanto psicológico, emocional, efetivo, sócio-interativo entre muitos outros, a criança tem uma representação significativa, por ser moldada todos os dias, para um dialogo efetivo e um ensino de qualidade Segundo Velasco (1996),o brincando a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo de desenvolver as capacidades inatas podendo vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca a vontade tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente e afetuoso.

Como isso meu objetivo e propor o lúdico como interações sociais para a criança gostam do aprender, Piaget (1971, p. 67) diz que “Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois a sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”. É necessário de fato usar métodos estratégicos para que as crianças da educação infantil aprendam de verdade, de uma maneira divertida e eficaz, a necessidade que vários autores mesmo fala que a brincadeira serve até mesmo para a memorização das atividades.

Por fim espero que esta pesquisa mostre de fato que a Brincadeira e uma das formas eficazes para o desenvolvimento em todos os sentidos da vida de uma criança, e fazer com que todos possam apreciar essas pesquisas e mostrar uma realidade que não está longe do cotidiano em que vivemos.

De acordo com Kramer (2011) é impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, ao invés de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização. Promover a

aprendizagem e o desenvolvimento na Educação Infantil corresponde consequentemente em corroborar para o desenvolvimento da autonomia, identidade e valorização de si nas crianças. A formação desses conceitos nelas necessita da participação de todos os agentes já mencionados. Objetivo este que é retificado pela LDB:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, (BRASIL, 1996, pp. 25-26).

A partir deste contexto, esta pesquisa em forma de um Projeto Monográfico, levante o seguinte questionamento para ser investigado: O Lúdico na educação dos anos iniciais contribui de forma significativa para que a criança aprenda mais facilmente?

Esta monografia tem como objetivo realizar reflexões significativas sobre o brincar com eixo de aprendizagem, um trabalho que fui analisando por autores e pesquisando bibliografia por bibliografia, mostrar a importância que tem na vida afetiva, emocional, social entre outras. Além de historiar o processo e a evolução da educação infantil no mundo e no Brasil.

Essa pesquisa se justifica em várias referências teóricas Kishimoto (2000), Froebel (1912), Vygotsky (1988) que contribuem para o aporte teórico. Podemos justificar por ser um ensino totalmente lúdico que a criança aprende muito mais, sua interação é completa a sua necessidade de participar, Expressa, posicionar, mostrar que elas são autoras do seu próprio desenvolvimento principalmente intelectual, saber que pode mostrar a importância de se posicionar e aprender coisas novas.

A pesquisa descrita observa, registra analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. A pesquisa descrita desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos. (CERVO; SEVERINO, 2014).

Espera-se desta pesquisa com o tema aprofundar nesta temática para melhor conhecimento a respeito do quão importante o lúdico é na aprendizagem significativa da criança nos anos iniciais, e como o trabalhar com a ludicidade poderá facilitar o aprendizado do sujeito e auxiliar na construção de saberes, e assim desta maneira, despertar o interesse em quem pretende trabalhar com essa ludicidade a fim de ensinar de uma forma prazerosa e interessante.

Analisando sobre o desenvolvimento do brincar como eixo de desenvolvimento nos anos iniciais, facilmente entendemos o processo geral que começou na Europa e em outros países, podemos notar que no século XX houve uma necessidade geral por meio das famílias de classe “média e alta”, deste modo despertou a curiosidade de diversos estudiosos estudar a fundo a importância do brincar para uma contribuição afetiva na vida de uma criança.

Foram surgindo estudiosos e leis que fizeram com que as classes menos favorecidas também tenham o direito ao estudo e se tornem seres de direito, que possam ser protagonistas, sabem ter argumentos, proatividade, conhecimento e principalmente que tenham autonomia em suas falas, possam ser ouvidas e que o desenvolvimento seja assim através das brincadeiras, interações.

Em fim o brincar no aprendizado numa visão social é uma revolução, uma clareza, que nesta monografia mostra vários estudiosos que comprovam a eficácia em uma sociedade corrompida por doutrinações, normas ou regras que tornam a escola um lugar muitas vezes, “cansativo, chato” de estar.

Já no Capítulo II ‘O Lúdico, o Brincar e sua Importância para Aprendizagem da Criança nos Anos Iniciais’.

A importância do brincar para os anos iniciais é extremamente importante, afirmo isso porque o próprio significado da palavra brincar é prender, seduzir, encantar, que originou o verbo brincar, sinônimo de divertir-se.

Então de fato é prazeroso, a brincadeira não é algo “chato”, repetitivo, pelo contrário é nessa fase da vida infantil que precisa ter riqueza no conteúdo, nos planejamentos de linguagem aprender o alfabeto, raciocínio lógico, ética. É saber que a criança vai a cada dia construindo uma trajetória, a cada dia a criança aprende a superar os limites, os medos a insegurança a brincadeira é uma luz na vida de um bom mestre, nesse momento que precisa de profissionais que saibam a importância que tem na vida da criança que media, que é um profissional que forma a criança para a sociedade.

Em fim nota se que o brincar nos anos iniciais tem um processo significativo, na vida social, intelectual, psicológica, afetiva etc. Desta forma a criança precisa “falar e ser ouvida, brincar, conviver, contar e comparar, explorar e questionar, experimentar diversas formas de artes, ritmos”, isso faça com que todo aprendizado não seja perca de tempo pelo contrario ganho.

CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: EVOLUÇÃO E PROCESSO

Nesta pesquisa busco-se mostrar o surgimento da educação nos anos iniciais, que começou na Europa no século XX para analisar os desenvolvimentos das crianças, com a necessidade que as crianças tinham, o fato é que o ensino era repassado pela âmbito familiar (e pelas mulheres que trabalhava no lar) que muitas vezes não tinha o caráter formal, não havia professor com uma qualificação, então faziam muitas vezes de forma voluntária, de um ser sem importância a criança passar ser um indivíduo de grande relevância na sociedade, com direitos e que precisa ter suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais supridas, vendo pois a dificuldade que tinham, começou vários estudos científicos propostas educacionais.

Como a responsabilidade do ensino era das famílias, se penso em criar um lugar e uma responsabilidade pela educação, assim foi começado a surgir instituições de ensino, que foram se chamando de diferentes formas em vários países. Deste modo começou a estudar e analisar como seriam propostas as aulas de forma que as crianças iriam tendo interesse em aprender de uma forma diferenciada. (MENDONÇA, 2012).

Graças à Constituição de 1988, a criança foi colocada no lugar de sujeito de direitos e a educação infantil foi incluída no sistema educacional. Ao passar algum tempo já na Idade média e moderna surgiram várias inovações em relação as crianças que não tinham condições de pagarem (pobres) que eram acolhidas pelas igrejas católicas uma responsabilidade de ensinar e automaticamente a doutrinação assim já ia surgindo.

Segundo Fraboni (1998), a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação”, tecnológico-científico e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social, Na atualidade, as discussões sobre a Educação Infantil na Europa não são focadas em questões de financiamento econômico, sendo que a discussão é pautada em como deve ser feito o processo educacional para que obtenha máximo desempenho da aprendizagem integral das crianças. É importante

ressaltar, que esse padrão é modificável em cada país europeu. No que tange aos investimentos na educação, esses são feitos em conjunto, tanto o Estado quanto às instituições privadas.

No Brasil, as alterações foram diversas. A LDB foi alterada, e o país vivenciou uma ditadura civil militar, responsável por modificar radicalmente a estrutura do ensino, e intensificar aspectos responsáveis pelo fomento às desigualdades sociais. Piletti (1985) afirma que esse período no Brasil foi responsável por concentrar ainda mais a riqueza nas mãos de poucos empobrecendo e marginalizando ainda mais a população. O regime trabalhista também passou por alterações devido às mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De maneira geral, no período de ditadura militar no Brasil, várias reformas foram empreendidas em todas as fases da educação.

Piletti (1985) evidencia que os objetivos para essas reformas eram sempre promover a inserção do indivíduo no trabalho e assim torná-lo apto para o exercício da cidadania.

Conforme observa-se, a educação no Brasil possui uma trajetória tortuosa, similar às dificuldades encontradas no exercício da democracia plena no país, que através de análise superficial, é facilmente percebida como momentos de exceções. Todavia, a atenção será dada ao caminho trilhado pela Educação Infantil, tendo ênfase na análise das documentações atuais referentes às políticas empreendidas nessa área.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) expressam em nível teórico a importância de se analisar historicamente a construção feita em torno da concepção da criança e da infância. Apresenta a definição de criança como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

A história da educação infantil no Brasil tem traçado os mesmos passos da Educação Europeia, mas, reservando suas próprias características. Ao contrário do que vimos acontecer na Europa, até meados do século XX nosso país não possuía instituições de atendimento a crianças pequenas longe das mães e, creches ou parques infantis quase não existiam. Esse cenário só se transformará após a

segunda metade do século XX, com abolição da escravatura no país e com o aumento da migração para os centros urbanos das grandes cidades no período em que a proclamação da República toma forma de governo.

No período precedente à proclamação da República, observavam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com a criação de entidades de amparo. Ademais, a abolição da escravatura no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, já que iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, (OLIVEIRA, 2002, p. 92).

Nota-se que a busca de soluções para a infância brasileira foi um discurso utilizado para responsabilizar a família dos infantes pela situação de seus filhos, possibilitando assim condições para que a elite do país buscasse se apoderar dos preceitos do Movimento das Escolas Novas trazendo para o Brasil a influência da educação infantil europeia. Essa influência trouxe para o Brasil o jardim de infância, que foi aceito com entusiasmo pelos setores sociais, porém, esta ideia gerou debates entre os políticos da época. Entre críticas e defesas, alguns entendiam que o jardim de infância seria uma espécie de asilo e local de mera guarda das crianças, enquanto outros apoiavam a ideia, apostando que o método traria vantagens para o desenvolvimento infantil, (OLIVEIRA, 2002).

Grandes avanços na educação aconteciam quando, em 1899, foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, uma instituição que foi precedente a criação do Departamento da Criança, em 1919, iniciativa esta do governo da época. Logo em 1908 foi instituída a primeira escola infantil de Belo Horizonte e em seguida, 1909, o primeiro jardim de infância do Rio de Janeiro.

Em 1924, educadores interessados no Movimento das Escolas Novas fundaram a Associação Brasileira de Educação. Em 1929, Lourenço Filho publicou o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, divulgando as novas concepções entre os educadores brasileiros. Em 1932, surgiu o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento que defendia amplo leque de pontos: a educação como função pública a existência de uma escola única e de coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório, (OLIVEIRA, 2002, p. 98).

Em 1988, ocorria a promulgação da Constituição Federal do Brasil, determinando que 50% da aplicação obrigatória de recursos em educação fossem destinados ao programa de alfabetização. A década de 90 se tornou palco de

acontecimentos marcantes, tais como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Esses fatos contribuíram para a preparação do ambiente e a aprovação da LDB, Lei 9394/96, lei esta que estabelece a educação infantil como etapa inicial da educação básica, sendo uma conquista histórica que tira as crianças das instituições vinculadas aos órgãos de assistência social.

Segundo Oliveira (2002), esse novo contexto mundial de globalização da economia e de expansão tecnológica das fontes de informação propuseram a reorganização da educação, ampliando o conceito de educação básica, que passaria a abranger a educação infantil, o ensino fundamental e médio.

No que tange as leis das políticas públicas, podemos destacar que, com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil em 1988, no que diz respeito à Educação Brasileira, proporcionou a educação como um direito. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, (BRASIL, 1988).

Esta proposta é seguida até a atualidade e vem se mantendo como referência aos direitos da população ao acesso da escola e garantindo a liberdade de aprender, ensinar e divulgar seus pensamentos. Porém, a Constituição por si só não oferece os recursos para que se tenham todas as condições necessárias para a prática dessa Educação.

Sendo assim, implementadas, de forma sistemática, as Leis de Diretrizes e Bases (LDB, Lei 9.394/1996), que é orientada pelos princípios, diretrizes e normas estabelecidos na Constituição de 1988, que define e regula o sistema brasileiro de educação estabelecendo que, Título I da Educação, da Constituição de 1988, estabelece no Art. 1º: “que a educação abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Existem vários programas e documentos atuais que promovem a garantia da qualidade e o cumprimento constitucional do direito da criança, dentre eles esta a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação, contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área.

Em conformidade com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que surgiu em 1930 como órgão da administração federal que compete toda a área da educação buscando promover um ensino de qualidade para o país. O documento Política Nacional de Educação Infantil é constituído por objetivos, metas e estratégias que preconiza a construção coletiva das políticas públicas para a educação, visando o reconhecimento dos direitos das crianças e a promoção da inclusão da criança como sujeito.

Neste contexto, o Ministério da Educação coordenou a elaboração do documento de Política Nacional de Educação Infantil, no qual se definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil. [...] Ao Estado, portanto, compete formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família. Em sua breve existência, a educação das crianças de 0 a 6 anos, como um direito, vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro, (BRASIL, 1998).

O PNEI estabelece que a Educação Infantil deve-se considerar a criança em sua totalidade, sempre observando suas diferenças e individualidade e a sua forma privilegiada de conhecer o mundo através do brincar, pautada pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação, e que a qualidade dessa educação seja assegurada por meio do estabelecimento de parâmetros de qualidade.

Pensando em assegurar a qualidade da educação, e em consonância com o trabalho desenvolvido pelo MEC a Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI) do Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (DPE) construiu os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

O objetivo destes documentos foi estabelecer padrões de referência que irão orientar o sistema educacional no que se refere ao funcionamento e organização das instituições de Educação Infantil, ressaltando uma distinção conceitual de parâmetros de qualidade e indicadores de qualidade. Por esse motivo, o documento cita como definição de parâmetro aquilo que traz a norma, o padrão, ou uma variável capaz de modificar, regular, ajustar o sistema, (HOUAISS; VILLAR, 2001). Portanto, o conceito de parâmetros pode ser definido como referência, ponto de partida ou chegada.

O debate sobre a qualidade da Educação Infantil foi marcado pela abordagem psicológica, pois no início surgiu uma preocupação com os supostos efeitos negativos causados pela separação entre a mãe e a criança pequena gerando assim questionamentos sobre a creche, centrando a discussão principalmente nos aspectos afetivos do desenvolvimento infantil.

A continuidade do debate levou a um amadurecimento das abordagens no campo da psicologia do desenvolvimento. Em diversos países ocorreram mudanças de ênfase que contribuíram para novas concepções direcionadas para a melhoria da qualidade. A crítica ao foco exclusivo na separação mãe-criança, a valorização do papel da mulher na sociedade, a mudança de uma preocupação voltada principalmente à escolaridade futura para a valorização das experiências vividas no cotidiano das instituições de Educação Infantil foram fatores importantes nesse processo, (BRASIL, 2006).

Um cenário marcado por tantas diferenças fez com que as Políticas Públicas da Educação Infantil buscassem meios de enfrentar e superar a desigualdade através da implementação de uma Educação que abrangesse os direitos básicos das crianças e suas famílias sem que se levasse em consideração a origem ou classe social, sempre incluindo o respeito a suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero, baseando-se no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. O Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural, (BRASIL, 1998).

Sendo um documento criado para contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade, o Referencial se constituiu através de um conjunto de referências e orientações pedagógicas capaz de promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania da criança brasileira, tendo como função contribuir com as políticas e programas de educação infantil considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos. A estes princípios cabe acrescentar que as crianças têm direito, antes de tudo, de viver experiências prazerosas nas

instituições. Embora tenha tido como foco a padronização da educação infantil, o referencial considera com respeito à pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e as diversas propostas curriculares existentes, fazendo que assim sua proposta seja aberta, flexível e não obrigatória subsidiando os sistemas educacionais que assim desejarem a aderir, (BRASIL, 1998).

Vindo com um caráter orientador, buscando a qualidade da educação infantil brasileira, o Referencial não tem por objetivo resolver os complexos problemas enfrentados por essa etapa educacional, mas sim contribuir com um processo de melhora na educação do país.

Se por um lado, o Referencial pode funcionar como elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da educação infantil brasileira, por outro, não tem a pretensão de resolver os complexos problemas dessa etapa educacional. A busca da qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas às políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento, para as quais este Referencial pretende dar sua contribuição, (BRASIL, 1998, p. 14.).

Uma vez pensada a forma como seria estruturado o currículo da educação infantil, o próximo desafio proposto foi à elaboração dos componentes que fariam parte do Referencial curricular.

Essa análise aponta para o fato de que a maioria das propostas concebe a criança como um ser social, psicológico e histórico, tem no construtivismo sua maior referência teórica, aponta o universo cultural da criança como ponto de partida para o trabalho e defende uma educação democrática e transformadora da realidade, que objetiva a formação de cidadãos críticos [...] Para tanto estabelece uma integração curricular na qual os objetivos gerais para a educação infantil norteiam a definição de objetivos específicos para os diferentes eixos de trabalho. Desses objetivos específicos decorrem os conteúdos que possibilitam concretizar as intenções educativas. O tratamento didático que busca garantir a coerência entre objetivos e conteúdos se explicita por meio das orientações didáticas, (BRASIL, 1996).

A estrutura curricular que norteia o trabalho educacional se apoia em uma organização por idade, crianças de 0 a 3 e 4 a 6 anos, que se consolida em duas esferas de experiências, o da Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo. Os eixos trabalhados são: Identidade e autonomia, Movimento, Artes

Visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. Este Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil adota a mesma divisão por faixas etárias contemplada nas disposições da LDB.

A opção pela organização dos objetivos, conteúdos e orientações didáticas por faixas etárias e não pela designação institucional — creche e pré-escola — pretendeu também considerar a variação de faixas etárias encontradas nos vários programas de atendimento nas diferentes regiões do país, não identificadas com as determinações da LDB, (BRASIL, 1998, Art. 208).

O âmbito da Formação Pessoal e Social irá abarcar questão que se referem às experiências que favorecem a construção do sujeito, desenvolvendo capacidades globais e afetivas de cada criança, propiciando assim condições que abarquem a convivência com outras crianças e a percepção do Eu e o outro. O trabalho com este âmbito pretende que as instituições possam oferecer condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança. Este âmbito abarca um eixo de trabalho denominado Identidade e autonomia. Já o âmbito de Conhecimento de Mundo irá construir as diferentes linguagens e a relação estabelecida com os objetos de conhecimento, enfatizando a relação das crianças com alguns aspectos culturais.

O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e ideias das crianças, propicia a interação com os outros e facilita a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. Incide sobre aspectos essenciais do desenvolvimento e da aprendizagem e engloba instrumentos fundamentais para as crianças continuarem a aprender ao longo da vida, (BRASIL, 1996, p. 46).

Em suma, é importante citar que a consolidação das Políticas Públicas para a educação infantil tem se moldando e se reformulando de acordo com a transformação social atual, tendo como ponto de partida a preocupação com a formação do caráter integral da criança como sujeito ativo em sociedade. Sua função nada mais é do que contribuir com os programas que compõem a educação infantil, buscando sempre socializar e discutir informações e pesquisas, subsidiando e apoiando o trabalho educativo de todos os profissionais da educação infantil, no que cerne aos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Além de contribuir com a implantação de práticas educativas de qualidade, o Referencial Curricular vem também contribuir com informações que abrangem o caráter do Professor da Educação infantil. É possível perceber a preocupação

existente em relação à formação do indivíduo professor, pois, segundo o Referencial (1996) existe um grande número de profissionais sem formação adequada para o exercício. Se na pré-escola, constata-se, ainda hoje, uma pequena parcela de profissionais considerados leigos, nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista etc. (BRASIL, 1996).

Conforme o PNEI (1998), a constatação dessa realidade trouxe para debate o significado das funções deste profissional, delegando assim reformulações profundas que, dentro da perspectiva do trabalho educacional de qualidade, propõem uma formação mais abrangente e unificadora, levando em consideração os saberes já existentes com a possibilidade de atualização profissional.

Em resposta a esse debate, a LDB dispõe, no título VI art. 62 que:

a formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Considerando a necessidade de um período de transição que permita incorporar os profissionais cuja escolaridade ainda não é a exigida e buscando proporcionar um tempo para adaptação das redes de ensino, esta mesma Lei dispõe no título IX, art. 87, § 4º que: “até o fim da década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”, (BRASIL, 1996).

Segundo o Referencial (1996), o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Isto significa que, o professor deve saber trabalhar com conteúdos específicos que provém das diversas áreas do conhecimento. Este caráter de profissional polivalente advém de uma formação ampla e seccionada, e que tende a buscar uma prática reflexiva. O sucesso da proposta curricular depende dos professores que estão nas instituições e é através de suas ações e planejamentos que surgiram projetos educativos de qualidade, mas, para isso é necessário que o professor esteja comprometido com a prática educacional e aos cuidados e aprendizagens dos infantes.

Na época do Brasil Império a autora Oliveira (2011) discorre que, após o período da abolição da escravatura no Brasil, com o surgimento do desenvolvimento cultural e tecnológico e quando surgem condições para a proclamação da República como forma de governo, no período que antecede a proclamação da República começa o interesse isolados de proteção à infância em razão dos graves problemas que aumentavam o índice de mortalidade Infantil, devido à pobreza em que as famílias dos trabalhadores viviam. Sendo assim Oliveira (2011) discorre que,

a abolição da escravatura no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais, na verdade, representavam apenas uma “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”: criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições assemelhadas e distintas a cuidar das crianças pobres, (OLIVEIRA, 2011, p. 92).

Diante disso, Oliveira (2011) afirma que, no final do século XIX, as elites e Instituições influenciadas pelo Movimento das escolas novas trazidas da Europa receberam as ideias com entusiasmos. Porém, o jardim-de-infância, um desses produtos estrangeiros, gerou motivo de diversos debates, pois era destinado aos mais pobres não deveriam ser mantido pelo poder público. Oliveira (2011) salienta que: eram criados em 1875 no Rio de Janeiro, em São Paulo, os primeiros jardins-de-infância sob os cuidados de entidades privadas e, apenas alguns anos depois, os primeiros jardins de infância públicos, [...] dirigiam para as crianças dos extratos sociais mais afortunados, com o desenvolvimento de uma programação pedagógica inspirada por Froebel.

Sendo assim, de acordo com Oliveira (2011), essa preocupação com os menores das camadas sociais mais pobres era frequente na imprensa e nos debates legislativos. Diante disso em 1882, Rui Barbosa iniciou um projeto de reforma da instrumentação no País, com a visão de proteção e atendimento a infância, assistencialismo e educação compensatória. No Brasil República em 1889, surge um cenário de renovação ideológica que trouxe modificações, incluindo o surgimento de várias escolas infantis criadas por imigrantes, europeus para atendimentos dos seus filhos. Fundaram em 1899 o Instituto de proteção e assistência à infância, que precedeu a criação, em 1919, do departamento da Criança, iniciativa governamental decorrente de uma preocupação com a saúde pública que acabou por suscitar a ideia de assistência científica à infância, (OLIVEIRA, 2011).

Como se pode Observar conforme Oliveira (2011), no início do século XX com a modificação da estrutura familiar consolidada pela atividade industrial e a transformação econômica agrária, como a maioria da mão de obra masculina estava na lavoura os donos das fabricas tiveram que contratar grande número de mulheres trabalhando nas fabricas, e como o problema do cuidado de seus filhos não foram resolvidos, tiveram que encontrar soluções emergências deixando seus filhos com outras mulheres ou familiares. Sendo assim, a autora esclarece que: os imigrantes, trabalhadores mais qualificados e politizados pelo contato com movimentos que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos, procuravam nos sindicatos organizar os demais operários para lutarem por seus direitos e protestarem contra as condições precárias de trabalho e de vida a que se achavam submetidas. Entre as reivindicações de parte do movimento operário na década de 20 e no início dos anos 30, por melhores condições de trabalho e vida estava a da existência de locais para guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães.

Desta forma, alguns empresários foram se adequando, combatendo os sindicatos, concedendo alguns benefícios sociais, enfraquecendo os movimentos operários como forma de controlar a vida dos trabalhadores dentro e fora da fábrica, ao passar do tempo, as reivindicações operárias que eram dirigidas às indústrias foram passadas ao Estado e atuaram com força de pressão pela criação de creches, escolas maternas por parte de órgãos governamentais.

Dando sequências do que foi apresentado acima, Oliveira (2011), enfatiza que em 1923 realiza-se a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher que previa a instalação de creches e salas de amamentação. Em 1924, educadores interessados fundaram a associação Brasileira de Educação. Em 1932 surgiu o Manifesto dos Pioneiros da educação Nova, documento que defendia a educação como função pública. Entretanto, Oliveira (2011) discorre que:

surgiram novos jardins de infância e cursos para formar seus professores, mas nenhum deles voltado ao atendimento prioritário das crianças das camadas populares. [...] A creche seria um desses paliativos, na visão de sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja com a preservação e reprodução da mão de obra, (OLIVEIRA, 2011, p. 99).

Na década de 1930, já haviam sido construídas algumas instituições oficiais voltadas a proteção à criança, mas foi na década de quarenta que criaram iniciativas governamentais na área da saúde, previdência, e assistência. Oliveira (2011)

salienta que: entendidos como “mal necessário”, as creches eram planejadas como instituição da saúde com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico. O higienismo, a filantropia e a puericultura dominaram, na época, a educação das crianças pequenas, (OLIVEIRA, 2011). Sendo assim, o trabalho com as crianças nas creches tinha assim um carácter assistencial-protetoral. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Com o crescimento da industrialização e da urbanização no País na metade do século XX, ocorreu um aumento de demanda de mulheres inseridas no mercado de trabalho, tendo grande procura por creches. Diante disso é possível afirmar segundo Oliveira (2011) aconteceu uma importante mudança no início desse período: A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) que aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins-de-infância: sua inclusão no sistema de ensino. Assim a dispunha essa lei: Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”. Art. 24 – “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos, e serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”.

quem é o profissional responsável da Educação Infantil? E a pajem, a baba, a atendente, o monitor o professor, e outra coisa...? e esse sujeito? E outras perguntas mais: que jeito deveria ter sua formação? A quem compete: às escolas de ensino médio, às universidades, a cursos específicos? Como concretiza-la? E, Pensando no sujeito de que estará em formação, que competências devem ser lhes ser exigidas? Que atitudes podem ser consideradas apropriadas? Que conhecimentos e instrumentos e instrumentos profissionais devem ser privilegiadas nessa formação? (OSTETTO, 2004, p. 17).

A autora destacada enfatiza que podemos questionar na história da Educação Infantil os seguintes aspectos citados acima. Nessa perspectiva, na tentativa de parar com essas concepções de carácter assistencialista aparece uma proposta para alavancar o desenvolvimento cognitivo das crianças, aponta que os movimentos feministas e sociais possibilitaram a conquista, na constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escola como direito da criança e dever a ser cumprido no sistema de ensino.

No que se refere essa afirmativa, deduz se que esse espaço e sem duvida de grande importância para o desenvolvimento da criança, conforme consta do artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96.

Na atualidade, a Educação Infantil vista como a primeira etapa da Educação Básica, com a responsabilidade de compartilhar e complementar a ação da família no aspecto de educação e cuidado. Essa toma uma postura ética que engloba a relação da criança com o adulto, articulando o cuidar e o educar. Da mesma forma, o cuidado proporciona a reinvenção da educação fortalecendo o sentido de acompanhar o outro ampliando suas experiências no mundo, Guimaraes citado por Libâneo (2012).

A educação infantil como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança ate cinco anos de idade em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade. Como dever do Estado, a educação infantil e uma novidade da Constituição Federal de 1988. Aparece na LDB de 1996 como incumbência dos municípios, e deveria ate 1999 (três anos após a promulgação da LDB), estar integrada ao respectivo sistema de ensino, uma vez que a mesma lei concede ao município as opções de criar sistema próprio, integrar-se ao sistema estadual ou com ele compor um sistema único de educação básica. (GUIMARAES apud LIBÂNEO, 2012, p. 19).

No atual contexto sócio histórico as crianças passaram a ser entendidas em suas peculiaridades e a demarcação de suas diferenças em relação ao adulto tornou-se uma conquista. A criança na sociedade contemporânea, precisa se ajustar a um alto grau de complexidade e diversidade, assim como as continuas e rápidas mudanças sociais. Dessa forma, a Educação Infantil tem de ser entendida como um período em que o ensino não pode se basear somente nos conteúdos, mas na maneira como a pedagogia pode se manter aberta a temporalidade e ao questionamento partir de uma relação ativa com o mundo e com os outros.

Por tais razões as instituições de educação infantil são hoje indispensáveis na sociedade. Elas tanto constituem o resultado de uma forma moderna de ver o sujeito infantil quanta solução para um problema de administração social, criado a partir de novas formas de organização da família e de participação das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho, (CRAIDY; KARCHER, 2001, p. 21).

Por meio pesquisa foi possível compreender a importância de valorizar as vivencia e o mundo da criança por meio de atividades lúdicas e imaginativas,

próprias da cultura infantil e de conteúdos pedagógicos facilitadores, como jogos, brincadeiras, e brinquedos, que garantam o interesse e a motivação das crianças.

O lúdico representa a função significativa no desenvolvimento da aprendizagem que favorece a socialização, respeito, ao próximo, interação, solidariedade, responsabilidade, e outros valores que permita a harmonia no agrupamento e em qualquer outro lugar onde elas possam interagir.

A utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras possibilita que as crianças superem suas limitações e dificuldade, com os erros ou acertos, existente, fornecendo aprendizado significado no momento lúdico. A criança tem direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Valorizamos nossas crianças quando tentam expressar seus pensamentos, fantasias e lembranças. Nossas crianças tem o direito de desenvolver brincadeira se jogos simbólicos, (BRASIL, 2009).

CAPÍTULO II - O LÚDICO, O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS

O brincar na infância está muito além do que um momento de lazer ou uma distração para a criança, num mundo cheio de fantasias e desafios a criança vai fazendo desse momento aprendizagens. Como é bom poder brincar no barro, se sujar de tinta, brincar de casinha ou até mesmo brincar de imitar a mamãe e o papai, poder correr e gritar, e se esconder num local tão “visível”, mas que para a criança, aquele lugar é secreto. As vezes o brincar pode ser sozinho, pode ser na rua com amigos ou pode ser com o amigo imaginário.

Cada gaitada simboliza algo novo, não podemos esquecer dos machucados adquirido numa brincadeira que exija esforço físico ou aquela brincadeira que quando menos os adultos imaginam acontecem um acidente. Brincar é assim, é desafio, alegria, conhecimento, imaginação e nunca tem hora para acabar, afinal as crianças sempre dizem “é só mais um pouquinho”.

Para Leontiev (1998, p. 126) “o brincar pode ser bom, mas também pode ser chato, cansativo, medonho e até mesmo causar traumas”. Para algumas crianças assustar é engraçado, aquela sensação de ver o colega fazendo cara de espanto e tendo reação com os braços pode soar como diversão, contudo, para a criança que recebeu o susto, pode ter sido uma brincadeira de mal gosto e que pode chegar ao choro. Para a criança nem toda “brincadeira” é brincadeira, é importante que nesse momento haja um equilíbrio de todos que estão envolvidos, apesar de parecer como algo divertido, no brincar a criança tem desafios, medo, ansiedade e tantos outros sentimentos que por mais que os adultos julguem como “frescura” a criança busca relações com a brincadeira, assim consegue desenvolver seus potenciais, se relacionam com o mundo e tem chance de aprimorar seu desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial.

A palavra brincar tem origem latina. Vem de vinculum que quer dizer laço, algema, e é derivada do verbo vincire, que significa prender, seduzir, encantar. Vinculum virou brinco e originou o verbo brincar, sinônimo de divertir-se. Brincar é diversão, é poder se encantar com as vivencias e poder se socializar criando estruturas que reproduz suas necessidades de vínculos.

Segundo Vygostsky (1987), o que define o brincar é a situação imaginária criada pela criança. Além disso, devemos levar em conta que o brincar preenche necessidades que mudam de acordo com a idade. Essas mudanças são oportunas para que a criança desenvolva o crescimento físico, a maturação neurológica e a construção de habilidades relativas ao comportamento social, cognitivo e efetivo da criança.

Como descrito anteriormente o brincar é extremamente importante no processo de desenvolvimento da criança, é na brincadeira que a criança ganha possibilidades para novas descobertas. Visto como sinônimo de ironia ou usado com o tom sarcástico, as pessoas têm o hábito de dizerem que uma pessoa está brincando quando se referem a algo que não seja levado a sério, por exemplo: “as pessoas estão brincando com a natureza”, “o cenário político está uma brincadeira” e assim a palavra brincadeira perdeu o valor e o sentido numa frase, precisamos compreender que nem tudo é brincadeira e que brincar é coisa séria, brincar não é apenas diversão e sim um processo de desenvolvimento e aprendizagem. É necessário que haja uma mudança de mentalidade em nossa sociedade, brincadeira não tem que ser vista como passa tempo ou distração.

Froebel (1896) brincadeiras são os primeiros recursos no caminho da aprendizagem. Não são apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. É fundamental que as escolas repensem sobre suas metodologias e práticas escolares, visando não apenas atender a um “cliente” mas priorizando a criança como um ser de direito que necessita do brincar para se desenvolver naturalmente. Froebel destaca ainda que a educação se desenvolve espontaneamente. Quando mais ativa é a mente da criança, mas ela é receptiva a novos conhecimentos.

Atualmente, o mercado oferece diversos tipos de brinquedos, brinquedos por faixa etária, jogos com objetivo específico e por aí vai, contudo, alguns pais e educadores acreditam que quando a criança tem contato com esses brinquedos e jogos a criança está mais propícia a se desenvolver, esse é um pensamento equivocado, pois a criança estar em todo o tempo se desenvolvendo, esses brinquedos e jogos tem grande influência cognitiva mais não podemos nos apegar a esses brinquedos e jogos. A mídia está sempre divulgando brinquedos, alguns são caros e as vezes não tem tanta eficácia como é descrito. A criança ver um brinquedo colorido, que conversa, pula e canta logo é atraída por aquele objeto e deseja

ansiosamente brincar com aquilo, as vezes os pais não têm condições financeiras para comprar o tal brinquedo, a criança entra em conflito pois depara com o brinquedo que quer e a condição financeira dos pais, alguns pais ignoram e acham que logo a criança vai esquecer, por tanto, os pais deixaram uma grande oportunidade de aprendizagem da criança passar.

Na abordagem histórico-cultural, brincar é satisfazer necessidades com a realização de desejos que não poderiam ser imediatamente satisfeitos. Brincar é também satisfazer desejos que por algum motivo não pode ser realizado, ou seja, se aquele brinquedo não estava ao alcance das finanças dos pais, os pais podem possibilitar recursos que a criança consiga fazer seu próprio brinquedo, assim propõe a criança autonomia, ludicidade, criatividade, imaginação e tantas outras possibilidades. Não estamos aqui para desacreditar os brinquedos e jogos e tão pouco menosprezar seus objetivos, mas queremos mostrar que para o brincar não existe regras, condição financeira, basta ter imaginação e criatividade não só da criança, mas também dos pais e educadores.

A preparação desse ambiente escolar favorável ao desenvolvimento máximo das capacidades infantis deve estar atenta à singularidade individual. É necessário que se tenha claramente delineado que cada criança possui interesses diversos, sendo que o que é válido e atraente para uma não pode ser definido como padrão para toda uma classe. Esse aspecto deve ser reforçado, sobretudo, no que tange ao processo de aprendizagem, pois cada criança aprende em um tempo diferente.

[...] a forma como organizamos o espaço interfere significativamente nas aprendizagens infantis. Ou seja, quanto mais o espaço for desafiador e promover atividades conjuntas entre parceiros, quanto mais permitir que as crianças se descentrem da figura do adulto, mais fortemente se constituirá como propulsor de novas e significativas aprendizagens (GOIÂNIA, 2008, pp. 49-50).

Oliveira (2011), discorre sobre a importância do espaço físico para a aprendizagem na Educação Infantil. A autora afirma que as crianças atribuem significação ao ambiente, que é responsável por suscitar nelas sentimento de medo, calma, irritabilidade, apatia, ou curiosidade. Nenhum ambiente é neutro, toda a organização no espaço físico gera algum tipo de impacto sobre o indivíduo, e deve-se atentar se o impacto gerado sob a criança é positivo e promove sua formação.

Um ambiente é carregado de símbolos que chamam a atenção das crianças para certos aspectos. [...] Nessa perspectiva aqui exposta, o ambiente das

creches e pré-escolas pode ser considerado como um campo de vivências e explorações, zona de múltiplos recursos e possibilidades para a criança reconhecer objetos, experiências, significados de palavras e expressões, além de ampliar o mundo de sensações e percepções. Funciona esse ambiente como recurso de desenvolvimento, e, para isso, ele deve ser planejado pelo educador, parceiro privilegiado que a criança dispõe (OLIVEIRA, 2011, p. 197).

Um ambiente é carregado de símbolos que chamam a atenção das crianças para certos aspectos. [...] Nessa perspectiva aqui exposta, o ambiente das creches e pré-escolas pode ser considerado como um campo de vivências e explorações, zona de múltiplos recursos e possibilidades para a criança reconhecer objetos, experiências, significados de palavras e expressões, além de ampliar o mundo de sensações e percepções. Funciona esse ambiente como recurso de desenvolvimento, e, para isso, ele deve ser planejado pelo educador, parceiro privilegiado que a criança dispõe, (OLIVEIRA, 2011).

O ludicidade na educação infantil e fundamental, porque através dos jogos e das brincadeiras que as crianças se interagem e sentem prazer, a brincadeira enriquece e as crianças aprendem brincando. Para os autores estudados, em todos os momentos pude perceber a importância da ludicidade na vida das crianças os jogos, brincadeiras de modo geral gera muito mais entusiasmos e alegria para o aprendizado.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais tais como estão postos. (KISHIMOTO, 1996).

Uma das realidades nas escolas são mesas e cadeiras, enfileiradas com regras, com silêncio, a meu ver a criança se sente prisioneira de uma sociedade corrompida. Deste modo a brincadeira pode mudar toda essa visão que a sociedade impõe, pois através de um simples brincar aprimora, comparação, observação, imaginação e principalmente várias reflexões, a criança vai além gradativamente. Para que os jogos e as brincadeiras tenham sucesso e alcançar os objetivos e necessários à mediação e intervenção do professor, o planejamento é extremamente importante para contribuir no ensino e aprendizagem de forma efetiva.

O lúdico na educação infantil tem grande marco, pois já foi visto e ressaltados através de vários estudiosos, por sua importância, o aprendizado, o espaço que o lúdico tem nas escolas, o lúdico é fundamental para a aprendizagem prazerosa e interativa.

O lúdico é uma palavra de origem latina: 'ludus', que significa 'jogo'. Poderia significar somente jogar, mas com a sua evolução tornou-se o que hoje podemos definir como uma forma de desenvolver a criatividade e o conhecimento através de jogos, brincadeiras, músicas. (ALMEIDA *apud* VENTURINI, 2016, p. 13).

Por muito tempo, antes dos estudos, os pais, educadores, comunidades escolares achou e ainda acha uma passa tempo o algo sem importância lúdica no plano de aula escolar. É brincando que a criança constrói sua identidade, conquista sua autonomia, aprende a enfrentar medos e descobre suas limitações, expressa seus sentimentos e melhora seu convívio com os demais, aprende entender e agir no mundo em que vive com situações do brincar relacionadas ao seu cotidiano, compreende e aprende a respeitar regras, limites e os papéis de cada um na vida real; há a possibilidade de imaginar, criar, agir e interagir, auxiliando no entendimento da realidade, (MODESTO; RUBIO, 2014).

Deste modo está pesquisa foi realizada porque já trabalho na educação infantil e vir como é extremamente importante que o professor tenha os olhos sempre atento na intervenção para auxiliar e procurar diagnosticar as crianças no processo de ensino e aprendizagem. É o principal objetivo do planejamento da aula com os jogos e a brincadeira foi analisar e identificar a importância e os benefícios das brincadeiras e dos jogos na educação infantil. O lúdico na educação infantil é importante por que trabalhar o desenvolvimento, lógico, afetivo, mental, social, intelectual, psicomotor. Ajuda na comunicação, participação, permite que a criança seja autônoma, seja protagonista, permite que ela sonhe tenha curiosidade, pergunte seja livre e não tenha medo de fala, ou seja, um robô.

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece a atenção dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos (FERREIRA; SILVA; RESCHKE, 2021, p. 6).

Através da atividade lúdica, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o

crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando (FERREIRA; SILVA; RESCHKE, 2012). O lúdico é tão importante para o desenvolvimento da criança, que merece atenção por parte de todos os educadores. Cada criança é um ser único, com anseios, experiências e dificuldades diferentes. Portanto nem sempre um método de ensino atinge a todos com a mesma eficácia. Para pode garantir o sucesso do processo ensino-aprendizagem o professor deve utilizar-se dos mais variados mecanismos de ensino, entre eles as atividades lúdicas. Tais atividades devem estimular o interesse, a criatividade, a interação, a capacidade de observar, experimentar, inventar e relacionar conteúdos e conceitos. O professor deve-se limitar apenas a sugerir, estimular e explicar, sem impor, a sua forma de agir, para que a criança aprenda descobrindo e compreendendo e não por simples imitação. O espaço para a realização das atividades, deve ser um ambiente agradável, e que as crianças possam se sentirem descontraídas e confiantes, (ALMEIDA, 2014).

As atividades lúdicas são muito mais do que passatempo, são propostas pedagógicas pensadas, com muita atenção e preocupação para alfabetizar as crianças, são momentos que elas se descobrem, estimula a criatividade, imaginação a expressão pessoal. Os educadores olham com atenção, cautela, sabedoria, o enriquecimento coletivo, encontra um novo modo de viver a educação.

O lúdico como método pedagógico prioriza a liberdade de expressão e criação. Por meio dessa ferramenta, a criança aprende de uma forma menos rígida, mais tranquila e prazerosa, possibilitando o alcance dos mais diversos níveis do desenvolvimento. Cabe assim, uma estimulação por parte do adulto/professor para a criação de ambiente que favoreça a propagação do desenvolvimento infantil, por intermédio da ludicidade, (RIBEIRO, 2013, p. 1).

Para Vygotsky (2006), é nas interações que as crianças se socializam, a ludicidade age em uma esfera cognitiva, as varias etapas. O brinquedo na educação infantil, gerar curiosidades nas regras, atenção, calma, raciocínio lógico, percepção, identificar letras, imagens, organizar ideias. A necessidade da criança em ficar atenta a cada aula, entender o conteúdo e poder interagir porque sente a necessidade em mostrar o conhecimento. Existem vários tipos de brinquedos e brincadeiras Várias são as brincadeiras tradicionais infantis, entre elas ressaltamos: brincadeiras de roda, pião, pipa, amarelinha, lambança (jogo de pedrinhas), bola de gude, bambolê, e inúmeras outras. O importante é que todas elas desenvolvem na

criança, a socialização, imaginário, raciocínio lógico, coordenação motora, espontaneidade etc.

Os jogos precisam estar no planejamento do professor e ele deve motivar seus alunos na criação de novos jogos. As atividades lúdicas auxiliam na alfabetização e no letramento, mas precisam chegar aos alunos com planejamento e estratégias. [...] O caderno pedagógico do pró-letramento afirma: Os objetivos pedagógicos devem nortear o uso de atividades lúdicas no processo de alfabetização: brincar por brincar pode ser divertido, mas não necessariamente contribui para o processo de ensino aprendizagem, (DUTRA, 2010, p. 33).

Pode-se, também, dar espaço a imaginação, raciocínio lógico: contação de história; Caixa mágica; Números e quantidades; Boliche de números; Bingo de letras. Essas brincadeiras citadas, podem ser utilizada no plano de aula, no momento em que estão aprendendo podem praticar, ter autonomia, despertar a curiosidade, podemos envolver as regras, o momento de ouvir e o momento de falar. O aprendizado ficar mais leve, não fica robotizado, crianças enfileiradas escrevendo, lendo sem parar. A criança se torna sujeito do seu próprio conhecimento.

É brincando que a criança constrói sua identidade, conquista sua autonomia, aprende a enfrentar medos e descobre suas limitações, expressa seus sentimentos e melhora seu convívio com os demais, aprende entender e agir no mundo em que vive com situações do brincar relacionadas ao seu cotidiano, compreende e aprende a respeitar regras, limites e os papéis de cada um na vida real; há a possibilidade de imaginar, criar, agir e interagir, auxiliando no entendimento da realidade. (MODESTO; RUBIO, 2014).

A brincadeira está inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança sendo eles: 1- Conviver, 2- Brincar, 3- Participar, 4- Explorar, 5- Expressar e 6- Conhecer-se. A partir dos seis direitos, a BNCC estabeleceu também os campos de experiência, fundamentais para que a criança possa aprender a desenvolver: o eu o outro e nós, corpo, gestos e movimento, traços, sons, cores e formas, escuta, fala, pensamento e imaginação, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

A legislação brasileira reconhece explicitamente o direito de brincar, tanto na Constituição Federal de (1988), artigo 227, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), artigos 4º e 16º. A importância do brincar foi reconhecida, também, em diversos documentos legais internacionais e nacionais, entre eles a

Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), no artigo 31 e a organização RNPI Brasil que compõe a Rede Nacional Primeira Infância ao lado de outras congêneres. Segundo Vygotsky (1991), é por meio da brincadeira que o sujeito pode apresentar significados sociais historicamente produzidos, apropriando nas interações estabelecidas com seus pares e com os adultos. Ou seja, o desenvolvimento ocorre socialmente em meio ao que acontece no cotidiano e por meio da interação com as outras pessoas.

A brincadeira é, portanto, uma parte fundamental da aprendizagem e desenvolvimento da criança, momento em que ela exercita todos os seus direitos e estabelece contato com os campos de experiência, como protagonista de seu desenvolvimento, vale ressaltar que o brincar é uma maneira surpreendente de aprendizagem, além de promover interação entre as crianças oportuniza descobertas formando sua personalidade para que aprenda a lidar com o mundo. A brincadeira está ligada ao desenvolvimento infantil e também deve estar inserida no contexto escolar com o objetivo de auxiliar no processo de aprendizagem, social e cognitivo.

Para Kishimoto (1994),

A criança brinca para conhecer a si própria e aos outros em suas relações recíprocas, para aprender as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura, para conhecer os objetivos em seu contexto, ou seja, o uso cultural dos objetos, para desenvolver a linguagem e a narrativa, para trabalhar com o imaginário, para conhecer os eventos e fenômenos que ocorrem a sua volta. (KISHIMOTO, 1994, p. 19).

O brincar tem funções importante no processo de desenvolvimento social, intelectual e cultural, pois, cria diversas oportunidades para a criança reproduzir suas situações como conflitos e emoções. Para tanto, a estimulação do brincar e das brincadeiras devem ser constantes e incentivados a oportunidade desta criança criar seu próprio espaço lúdico. O presente projeto tratará da questão da importância do brincar como eixo no currículo da educação infantil, visando o processo de desenvolvimento e aprendizagem. Buscamos fundamentação teórica em

Vygostky e Kishimoto (1988) destacam que os quais mostram que o brincar é uma atividade própria da criança, que brincando a criança aprende a lidar com o mundo e forma sua personalidade e expressa suas atitudes, ou o que está sentindo naquele momento. O brincar é uma característica lúdica da infância, faz parte das necessidades da criança que proporciona estímulos fundamentais, tais como: função

sensorial, função motora, linguística, raciocínio lógico, visual, audição e outros. Esse projeto contribui para o desenvolvimento e construção da criança por meio da brincadeira como um eixo de aprendizagem

Essa pesquisa se justifica em várias referências teóricas Kishimoto (2000), Froebel (1912), Vygotsky (1988) que contribuem para o aporte teórico. Podemos justificar por ser um ensino totalmente lúdico que a criança aprende muito mais, sua interação é completa a sua necessidade de participar, expressa, posicionar, mostrar que elas são autoras do seu próprio desenvolvimento principalmente intelectual, saber que pode mostra a importância de se posicionar e aprender coisas novas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico descritivo-exploratório. O estudo bibliográfico se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. O estudo descritivo-exploratório visa à aproximação e familiaridade com o fenômeno - objeto da pesquisa, descrição de suas características, criação de hipóteses e apontamentos, e estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas no fenômeno.

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. O que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, (SEVERINO, 2016).

A pesquisa descrita observa, registra analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. A pesquisa descrita desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos. (SEVERINO, 2016).

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas, (SEVERINO, 2016).

Para foi realizado uma pesquisa bibliográfica através de um levantamento teórico objetivando a compreensão do conceito lúdico dos jogos e brincadeiras procurando diagnosticar como os mesmos podem auxiliar na aprendizagem das crianças da educação infantil. E em um segundo momento foi realizado uma entrevista com a professora a fim de investigar se trabalha com o lúdico e como isto acontece. Também foi realizada uma observação dos alunos do Jardim I para levantar a importância do lúdico na aprendizagem dos mesmos bem como o interesse por esta metodologia. Através das pesquisas ficou constatado que o lúdico promove na educação infantil uma prática educacional de conhecimento de mundo, oralidade, regras e socialização.

Através das atividades lúdicas, as crianças desenvolvem a linguagem oral, a atenção, o raciocínio e a habilidade do manuseio, além de resgatar as potencialidades e conhecimentos. Desenvolve também a imaginação, a espontaneidade, o raciocínio mental, a atenção, a criatividade. Percebe-se que o lúdico aliado aos jogos e brincadeiras é de fundamental importância para aprendizagem das crianças da educação infantil, pois ensinam brincando e colocam regras às atividades planejadas pelo professor. Pois o lúdico desperta no aluno o desejo do saber, ou seja, do aprender desenvolvendo sua personalidade, pois cria conceitos e relações lógicas de socialização o que é de suma importância para seu desenvolvimento pessoal e social.

Oliveira (2016) esclarece que a educação lúdica, na sua essência, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. As atividades lúdicas auxiliam na aprendizagem, pois desenvolve a linguagem oral, a atenção, o raciocínio e a habilidade de manuseio por isso desenvolve a imaginação e a criatividade. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade, (KISHIMOTO, 2011). A autora explica que brincar é muito importante porque enquanto estimula o desenvolvimento intelectual da criança também ensina os hábitos necessários ao seu crescimento. A criança que brinca na educação infantil aprende de maneira lúdica e atribui sentido ao mundo que é assimilado e interpretado de maneira significativa e prazerosa. A brincadeira é

uma metodologia de aprendizagem que auxilia no ensino dos conteúdos escolares, pois ao brincar a criança aprende sem medo de errar se socializando através da convivência com o outro. Tanto os jogos como as brincadeiras desenvolvem a socialização, a comunicação e a expressão da criança por isso integra a mesma ao mundo do conhecimento, mas para que a aprendizagem seja significativa precisa ser planejada e mediada pelo professor de maneira consciente e didática.

Os jogos e as brincadeiras na escola proporcionam o aprendizado significativo, pois despertam a criatividade e favorecem a autoaprendizagem através da exploração e da investigação, desta forma, contribuem na construção do conhecimento. A partir do estudo que foram realizados, podemos fazer uma análise final de toda a história do brincar como eixo de desenvolvimento nos anos iniciais, como foi que a educação encontrou espaço para a ludicidade, sua importância como um dos instrumentos principais nos anos iniciais. Como o surgimento na Europa e com o Brasil se manifestou em aprofundados estudos para saber cada vez mais a importância que se deu a criança tendo o direito em aprender com prazer a leitura, raciocínio lógico etc. A aprendizagem na educação infantil tem uma apropriação de saberes, atitude e valores, nessa fase dos anos iniciais que o professor tem que ser o total mediador para um aprendizado que assegure o desenvolvimento cognitivo, operativas, sociais entre vários outros estudados. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade, (KISHIMOTO, 1996, p. 24).

Considerando o que vários estudiosos citaram podemos entender com clareza através dessa monografia, a importância de cada aprendizado que a criança adquire, com sabedoria, despertando a criatividade favorecendo a autoaprendizagem através da auto exploração e investigação saindo da teoria e vivendo tudo novo com uma diferença que se leva para toda a vida. Em fim a brincadeira trouxe sim várias contribuições significativas para a educação infantil, principalmente a valorização da criança como um indivíduo autônomo, capaz de fazer escolhas, saber regras, valores. Observado mais profundo essa pesquisa podemos notar com convicção a fundamentação inserida em dinâmicas bem planejadas, fazendo com que passa de possibilidades.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BOMTEMPO, E. A brincadeira de faz de conta: lugar do simbolismo, da representação, do imaginário. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 63-79.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Atendimento ao pré-escolar**. Educação e Psicologia. 5. ed. Brasília: MEC/SE, 1983.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 05/2009, de 17 de dezembro 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/gapp/arquivos/resolucao_05_2009_cne.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação infantil**. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRA, Juliana de Freitas; SILVA Juliana Aguirre da; RESCHKE, Maria Janine Dalpiaz. **A importância do lúdico no processo de aprendizagem**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20LUDICO%20NO%20PROCESSO.pdf> Acesso em: 20 set. 2021.

FUSARI, M. F. R. Brincadeiras e brinquedos na TV para crianças: mobilizando opiniões de professores em formação inicial. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação Infantil. **Infâncias e crianças em cena: por uma política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia**. SME, DEPE, DEI, 2014.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEONTIEV, A. A aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOSTKY, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010, pp. 103-142.

LEONTIEV, Aléxis N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKY, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, Alekse i N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone - EDUSP, 1998.

LIBANEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; PASCHOAL, J. D. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR** On-line, v. 1, n. 33, p. 78-95, 2009.

MATHIAS, Elaine Cristina Bio; PAULA, Sandra Nazareth de. A educação infantil no Brasil: avanços, desafios e políticas públicas. **Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão**, p. 13-16, 2009.

NICOLAU, Maria Lúcia Machado. **A Educação pré-escolar: fundamentos e didática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? In: I SEMINÁRIO NACIONAL: currículo em – perspectivas Atuais, 2010.

_____. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiência de estágio**. Campinas SP: Papirus, 2004.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PILETTI, Claudino. **Filosofia e história da educação**. Rio de Janeiro: Ática, 1985.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Editora Feevale, 2013. v. 1.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança**: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RIBEIRO, Suely de Souza. **A Importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem no desenvolvimento da infância**. 2013. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>. Acesso em: 20 set. 2021.

ROCHA, Eloisa Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Campinas, 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.